

veja  
10/10/97  
2000 8891



# Revanche da natureza

Na região onde existiu Sete Quedas, surge o exuberante Parque Nacional de Ilha Grande

Marcos Sá Correa, de São Jorge do Patrocínio

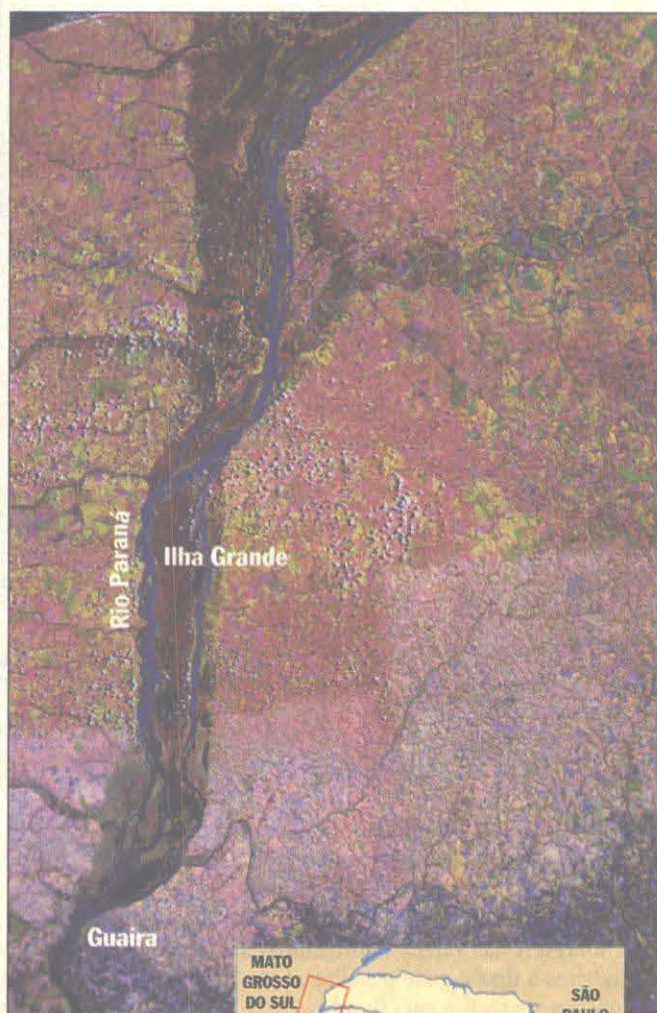
O presidente Fernando Henrique assina nesta semana um decreto provando que o mundo dá voltas. Ou seja: cria o Parque Nacional de Ilha Grande, num arquipélago aninhado entre oito municípios, na fronteira do Paraná com Mato Grosso do Sul. São 78 000 hectares povoados por capivaras, jacarés, antas, bugios, lontras e onças — para não falar nas inumeráveis espécies de aves e peixes — no meio do Rio Paraná. Estarem ali já é quase um milagre de sobrevivência. Visto de cima, ele é um santuário natural devassado por cidades e fazendas. Em certos lugares, vê-se do helicóptero, ao mesmo tempo, manadas de cervos-do-pantanal pastando nos banhados selvagens e, do outro lado do rio, campos plantados com soja. “É um Pantanal em miniatura”, define José Tadeu Weidlich Motta, do Instituto Ambiental do Paraná, a autarquia paranaense que guiou o Ibama naquele labirinto de terras inundadas.

Ilha Grande, para o país, é revanche. A poucos quilômetros da nova reserva, rio abaixo, submergiu quinze anos atrás um parque nacional. Era Sete Quedas, a maior catarata do mundo em volume d’água. Afogou-se num lago artificial quando a hidrelétrica de Itaipu fechou suas comportas. Até hoje, copas de árvore afloram na superfície da barragem. Algumas ainda florescem. Apesar da proximidade, Ilha Grande não tem o menor traço de semelhança com Sete Quedas. Seu chão é pantanoso, o relevo é plano, a vegetação, é quase toda rasteira e a flora, embora esconda espécies raras, só lava os olhos de botânicos capazes de distinguir um pau-marfim de uma guapeva. E não possui instalações para acomodar o mais ascético dos turistas. Mas, no gênero, sua criação é a maior notícia a escorrer da caneta de um presidente brasileiro em mais de cinco anos. Desde o começo da década, quando a Eco 92 contaminou o governo Collor com um breve surto de febre ecológica, o Brasil estava estacionado na cota de 35 parques nacionais. Soma-

dos, eles formam um território maior do que Portugal. Divididos por 100, representam um dos piores déficits da República. Ocupam menos de 2% do território brasileiro. O gabarito internacional recomenda 10%. A Venezuela, logo aqui ao lado, tem o dobro.

**Grande e barato** — Embora grande, saiu barato. Por enquanto, custou cerca de 20 000 reais, gastos em mapas e estudos. A maioria das terras que lhe foram reservadas já era da União. Por essa pechincha, colocou-se no papel uma reserva que tem duas vezes e meia o tamanho do Parque Nacional do Itatiaia e quase 25 vezes o da Floresta da Tijuca. Suas 300 ilhas são “um lugar alucinante, que lembram as Anavilhanas, na Amazônia”, segundo Júlio Gonchoroski. Ele entende de lugares alucinantes: há um ano, depois de ter implantado Abrolhos e dirigido Lagoa do Peixe, assumiu a chefia do Parque Nacional do Iguaçu. Mora numa casa construída para o presidente Getúlio Vargas na década de 50. Seus jardins emendam numa

veja  
10/10/97 cont.  
200



**O novo parque: 300 ilhas sobre o Rio Paraná repetem um cenário alucinante semelhante ao do Pantanal**

floresta habitada por 130 onças-pintadas e 270 variedades de borboleta.

O Parque do Iguaçu, situado 200 quilômetros a jusante no Rio Paraná, é atapetado pela Mata Atlântica, tem mais que o dobro de sua área e inclui cataratas que atraem 800 000 visitantes por ano. Mas, ao contrário dele, o parque de Ilha Grande nasce escaldado pela experiência que o Ibama herdou de erros do passado, um patrimônio administrativo acumulado durante sessenta anos. Os limites de Iguaçu, ao ser traçados em 1939, perdiam-se na floresta que cobria então quase todo o Paraná. Hoje, aquela linha imaginária é visível a olho nu, da janela de um avião, riscada pelas grandes plantações que rasgaram o chão do oeste paranaense. Onde termina a última árvore protegida por lei começa, como se fosse riscada a régua num mapa, a divisa amarela da fronteira agrícola. Ilha Grande já vem ao mundo, por isso, acolchoado em

mais de 1 milhão de hectares de áreas protegidas por um regime em que o governo, sem necessariamente desapropriar terras, restringe-lhes o uso. Trata-se de uma APA, a Área de Proteção Ambiental das Ilhas e Várzeas do Rio Paraná. Ela envolve o parque fluvial ao longo de 200 quilômetros, precaução indispensável numa região em que 99% das florestas sumiram em cerca de trinta anos. Nesses quilômetros fica o último trecho do rio livre de barragens. Um documento da Secretaria Estadual de Meio Ambiente atesta: "O histórico da ocupação do oeste paranaense mostra-se como um pêndulo entre a produtividade e o abandono, entre o crescimento e a retração, entre o abasto e a miséria". Parece um lamento, mas é propaganda. O governo quer aproveitar o embalo para promover uma espécie de Mercosul ecológico, unindo o Brasil, a Argentina e o Paraguai na tarefa de repor o Rio Paraná em seu leito original — ou seja, um corredor verde que se estenderia do Pantanal Mato-Grossense até o Parque Estadual do Turvo, no Rio



FOTOS PAULO JARES

Grande do Sul. Teria canais nas represas para a migração de peixes entre as corredeiras e remansos, segundo os ciclos de sua reprodução.

A idéia, à primeira vista mirabolante, tem a seu favor a lábria do governador Jaime Lerner e um trabalho silencioso da Itaipu Binacional. É uma aliança inesperada. Depois dos estragos das últimas décadas, a empresa está reflorestando as bordas da represa. São 1 600 quilômetros de margens. Grande parte já está forrada de árvores numa faixa de 200 metros. Mas o melhor sinal de que o corredor pode ser viável vem das prefeituras ribeirinhas que, em 1995, decidiram cuidar de Ilha Grande. Fundaram para isso o Consórcio Intermunicipal para a Conservação do Remanescente do Rio Paraná e Áreas de

12/10/97  
arlt.



Influência, uma organização de nome complicado, mas de métodos simples. Explica o prefeito de São Jorge do Patrocínio, Cláudio Pallozzi: "Nós estabelecemos uma APA nas várzeas, obrigamos os fazendeiros a tirar o gado das ilhas, compramos jipes e barcos para fiscalizar a caça e a pesca comercial. Em quase três anos, apreendemos 160 carabinas e 20 000 metros quadrados de redes". Isso lá é programa de político? Ele esclarece: "Em princípio, acho que essa repressão nos custou alguns votinhos. Mas eu estou há trinta anos aqui e estava acostumado a ver que, sempre que o rio enchia, era preciso recolher como flagelados os moradores das ilhas. Era mais simples e seguro tirá-los de lá. Com o argumento da ecologia, removemos, só da parte do arquipélago que pertence a São Jorge do Patrocínio, 110 famílias. Recentemente encomendei uma pesquisa de opinião pública sobre o programa. A maioria da população passou a apoiá-lo". Foram os prefeitos da região que instigaram, com um abaixo-assinado, a decretação do parque nacional.

**Estatutos** — "Criar uma reserva nessas condições, com governadores e prefeitos colaborando, é outra conversa. Geralmente, encontramos resistência. Aqui dá para ver que vai dar certo", afirma o oceanógrafo Ricardo Soavinski. Ele chefia no Ibama a diretoria de ecossiste-

mas. Pastoreia 109 unidades de conservação, reguladas por estatutos de preservação ambiental variados. Trata-se de um rebanho arisco, com 21 estações ecológicas, 23 reservas biológicas e 23 APAs, além dos parques nacionais. Nos parques, os problemas são um exemplo de biodiversidade. Há relíquias como a Floresta da Tijuca, fincada no coração do Rio de Janeiro. Abriga 46 favelas. A diretora Sônia Pacheco recenseou quarenta moradores clandestinos no meio da mata. Vive lá dentro até uma colônia de aidéticos. No Morro do Sumaré, emissoras de rádio e televisão espetaram torres sem pagar um centavo ao Ibama. Nas encostas do Corcovado, grupos de extermínio despejam cadáveres.

No outro extremo, a Amazônia, Soavinski lida com unidades em que um guarda sozinho vigia 181 000 hectares contra o assédio de garimpeiros e madeireiras. No desconunal território do Pico da Neblina misturam-se índios ianomâmis com reservas de nióbio. Ambos são inquilinos problemáticos. No parque de Foz do Iguaçu, a 6 reais por cabeça, só com a venda de ingressos o Ibama recolhe 5 milhões de reais por ano. E esse é apenas o troco. O dinheiro grosso vai para os concessionários que negociam passeios, comida e suvenires à custa das cachoeiras. Como metade dos visitantes é estrangeira, a bilheteria é acolitada por casa de câmbio. "Apesar de todas as di-



FOTOS PAULO JARES

ficuldades, isso aqui é a coisa mais parecida com um parque nacional de verdade, como os americanos, que temos no Brasil", diz seu diretor, Gonchoroski. Ele dá no momento os últimos retoques num projeto destinado a capturar turistas antes que eles atravessem os portões, induzindo-os a estacionar seus carros do

Veja  
10/10/1997 cont.  
200



**Diversidade: com vegetação rasteira, os 78 000 hectares do parque são povoados por capivaras, cervos-do-pantanal e inúmeras espécies de ave**



lado de fora e mergulhar, num curso rápido de educação ambiental. Suspeita-se que, sem isso, na pressa de fotografar a família em frente à Garganta do Diabo, a maioria nem percebe que está num parque nacional. Pior para o turista. Dentro daquela reserva, nasce e morre, depois de percorrer 100 quilômetros, o Floria-

no, último rio de água impecavelmente pura no Estado do Paraná.

**Atalho** — A cidade de Foz do Iguaçu, que já passou dos 200 000 habitantes, vive plugada no movimento turístico gerado pelas cataratas. Isso não livra Gonchoroski de atritos com os vizinhos. Em maio, eles invadiram uma estrada de terra que corta a floresta ao meio. Com 18 quilômetros, ela é um atalho para os moradores de Capanema e Serranópolis irem de uma cidade à outra, cortando a viagem pela metade. Queriam abri-la ao trânsito. Ao levantar acampamento, semanas depois, despejados por uma decisão judicial, deixaram 20 metros de desmatamento à beira da pista.

É fácil concluir que os parques brasileiros são uma lastimável mixórdia. Esse desdém contribuiu, durante anos, para estancar a sua proliferação. Foi mau negócio. Não há um só parque no Brasil que, por pior que sejam as suas condições, não esteja em melhor forma do que as terras das redondezas. Soavinski passou o ano remendando suas unidades. Na Serra do Cipó, 33 800 hectares da Ca-

deia do Espinhaço, em Minas Gerais, transformado em parque desde 1984, estava tudo por fazer até o ano passado, quando uma verba de 500 000 reais o dotou de bilheteria, alojamentos, centro de visitantes, oficinas e laboratórios. Isso depois de indenizar os proprietários que, durante esse tempo todo, esperaram pela indenização sem arredar o pé da reserva. "Dito assim, parece que estava tudo estragado", conta Soavinski. "Mas fui visitar a Serra do Cipó e fiquei espantado em ver como aquilo continua bonito. Só ca-

choeiras tem mais de 300." A Serra do Cipó vai reabrir no próximo verão.

Depois de Ilha Grande, que desencantou o processo de multiplicação de parques, há outros decretos na agulha. No litoral do Paraná, brotará uma unidade com cerca de 24 000 hectares de Mata Atlântica. É uma floresta semelhante à que propiciou, no início da década, a descoberta de uma espécie de macaco que desde o descobrimento se escondia da ciência a 200 quilômetros de Curitiba. Trata-se de Guaraqueçaba, que aliás também é um parque cercado de APA.

Há duas unidades em gestação no Estado do Rio de Janeiro: uma na Fazenda União, com 3 000 hectares em Poço das Antas, onde se reintroduziu anos atrás o mico-leão-dourado, outra na restinga de Macaé, com 14 000 hectares. O Piauí ganhará o Parque Nacional da Serra das Confusões, com 500 000 hectares de caatinga. No Mato Grosso do Sul, único Estado até agora sem uma reserva federal, está pronto o Parque do Forte de Coimbra. Só não se ouviu ainda falar deles porque o Ibama os cozinha em segredo, por um motivo acabrunhante: "Dizer que vamos criar uma unidade de conservação é perigoso. Aumenta o perigo de invasões e o perigo de que donos de terras comecem a destruí-las, porque, não tendo o que conservar, evitam a desapropriação", responde Soavinski. Nisso também o Parque Nacional de Ilha Grande extravasa os limites de suas ilhas. Além do asilo ecológico no Rio Paraná, ele abre uma nova escola para o ambientalismo brasileiro. A dos decretos aprovados por aclamação. ■